



Governo fará esforço por fim da taxa das blusinhas, diz Durigan

Dívida bancária do Rio chega a R\$ 26 bilhões, diz governador

Página 3

Crédito para motoristas de apps libera só 11% do previsto, e governo admite falhas

Página 4

Dia D de vacinação será realizado neste sábado em todo o país

Crianças e adolescentes menores de 15 anos devem comparecer a uma unidade básica de saúde (UBS) ou a qualquer ponto de vacinação em todo o país neste sábado (22) para o Dia D da Campanha de Multivacinação. O objetivo é atualizar a caderneta vacinal.

A campanha começou no início do mês e segue até 1º de setembro, com a oferta de 20 doses do Calendário Nacional de Vacinação que protegem contra doenças como meningites, tuberculose e cânceres associados à infecção pelo HPV.

Pela primeira vez, a campanha conta com a vacina pneumocócica 20-valente (pneumo 20), incorporada em junho ao calendário. A dose amplia a proteção contra doenças causadas pelo pneumococo, incluindo pneumonias e meningites, e é indicado para crianças menores de 5 anos.

Até a última quarta-feira (18), o Ministério da Saúde havia distribuído mais de 180 milhões de doses para garantir a vacinação em todo o país ao longo do ano. Vacinas contra a influenza, o sarampo (tríplice viral) e a poliomielite foram as mais aplicadas.

Durante o Dia D, as seguintes vacinas poderão ser aplicadas (conforme faixa etária, histórico vacinal e indicação): - BCG; - hepatite B; - pentavalente (DTP/Hib/HB); - poliomielite (VIP); - rotavírus humano; - pneumocócica conjugada 10-valente e 20-valente; - meningocócica C; - influenza; - covid-19; - febre amarela; - meningocócica ACWY; - tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola); - varicela; - DTP; - hepatite A; - DT; - HPV4; - dengue tetravalente.

Sarampo

Diante do aumento de casos de sarampo nas Américas e do registro de casos importados no Brasil, o ministério mantém a estratégia de vacinação indiscriminada contra a doença para pessoas de 6 meses a 59 anos em Guarulhos (SP), em São Bernardo do Campo (SP) e na capital paulista.

Dados da pasta mostram que, de 3 a 14 de agosto, mais de 529,8 mil doses da vacina tríplice viral foram aplicadas nos três municípios. Desse total, 87,2 mil doses foram destinadas a crianças de 5 a 11 anos — o equivalente a 16,5% das aplicações. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,17
Venda: 5,17

Turismo
Compra: 5,19
Venda: 5,37

EURO

Compra: 6,03
Venda: 6,03

Eleições de 2026 registram recorde de candidaturas indígenas



Foto: Agência Brasil

Esporte

GP DKR Motorsport acirra disputa pelo título do AKSP Interlagos Trophy

A reta final da 8ª temporada do AKSP Interlagos Trophy promete muita disputa pelo título. O GP DKR Motorsport, realizado no Kartódromo Ayrton Senna, em São Paulo, marcou a sétima etapa do campeonato e apresentou novos vencedores, mas manteve praticamente inalteradas as principais posições na classificação geral.

Venceram a sétima etapa Lucimara Reimberg (Mulheres em Ação – Graduadas), Beatriz Marsilli (Mulheres em Ação – Novatas), Rodrigo Hergovich (Sênior), Rodrigo Toloza Ramirez (Santidade Racing), Valdo Gregório (Sênior), Bruno Furlan (Graduados) e Henrique Morbi (Elite).

Com apenas três etapas restantes, Lucimara Reimberg (Mulheres em Ação – Graduadas), Beatriz Marsilli (Mulheres em Ação – Novatas), Rodrigo Hergovich (Sênior), Gabriel Paixão (Santidade Racing), Marcelo Soufira (Light), Elcio Lora (Graduados) e Henrique Morbi (Elite) chegam à fase decisiva do campeonato na liderança de suas respectivas categorias.

Light mostra equilíbrio com sétimo vencedor diferente em sete etapas

A categoria Light segue como uma das mais equilibradas do AKSP Interlagos Trophy. Em sete etapas disputadas, foram sete vencedores diferentes, evidenciando o alto nível de competitividade.

Na sétima etapa, Marcelo Soufira largou da pole position, mas a vitória ficou com Elvis Campos, seguido pelo próprio líder do campeonato e por Luis Henrique Pereira.

O destaque também ficou para o piloto mais jovem da categoria. Com apenas 13 anos e fazendo sua estreia, Ryan Corrêa Manoel estabeleceu a volta mais rápida e terminou a prova na quarta colocação.

A regularidade, entretanto, mantém Marcelo Soufira em posição privilegiada na luta pelo título. Mesmo com apenas uma vitória na temporada, o piloto soma 178 pontos, contra 126 de Luis Henrique Pereira e 116,5 de Luiz Paulo Mario.

Sênior: vitória de Valdo e liderança de Hergovich

Entre os pilotos com mais de 40 anos, Valdo Gregório conquistou sua segunda vitória na temporada. Ele recebeu a bandeirada apenas 1 segundo à frente de Henrique Morbi, que estabeleceu a volta mais rápida da prova.

O líder do campeonato, Rodrigo Hergovich, completou o pódio na terceira posição.

A prova também foi marcada pela má sorte de Jorge Filipe, que largou da pole position e brigava por uma posição no pódio quando sofreu uma quebra na penúltima volta.

Após sete etapas, Hergovich lidera com 177 pontos, seguido por Henrique Morbi, com 145,5, e Gerson Roschel, com 144,5.

Santidade Racing

Na subclasse Santidade Racing, Rodrigo Toloza Ramirez foi o mais rápido na tomada de tempos e confirmou o desempenho na corrida para conquistar sua segunda vitória.

Gabriel Paixão terminou em segundo e Diego Alves em terceiro. Com o resultado, Gabriel Paixão assumiu a liderança da classificação, com 87 pontos, se-



A chegada da Elite foi emocionante, com 39 centésimos de segundo de diferença

guido por Diego Alves, com 80, e Anderson Tanaka, com 78.

Mulheres em Ação: Lucimara amplia vantagem

A categoria Mulheres em Ação – Graduadas voltou a ter o domínio de Lucimara Reimberg.

Mesmo competindo com cinco quilos a mais de lastro, Lucimara largou da pole position, estabeleceu a volta mais rápida e conquistou sua quarta vitória na temporada, ampliando ainda mais a vantagem na liderança.

Mirna Lopes terminou em segundo e Aurélio Freitas completou o pódio das Graduadas.

Com o resultado, Lucimara chegou a 174 pontos, contra 129 de Mirna Lopes, que assumiu a vice-liderança, e 125 de Rita Sanches.

Entre as Novatas, Beatriz Marsilli também largou na frente e confirmou sua força. A piloto fez a segunda melhor volta e conquistou sua quarta vitória no campeonato, chegando a 124,5 pontos.

Paola Feliciano, com 78,5 pontos, é a nova segunda colocada, enquanto Arisdelly Santim ocu-

O governo federal vai concentrar esforços, na próxima semana, para mobilizar a base no Congresso Nacional e avançar com a medida provisória (MP) da chamada taxa das blusinhas. O texto zera o imposto de importação de 20% sobre compras de até US\$ 50 feitas pela internet. A declaração foi feita na quarta-feira (19) pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan.

“O esforço do governo é mobilizar a base do Congresso Nacional. Constituir a comissão mista da medida provisória”, disse Durigan, ao par-

ticipar do Fórum Saúde, promovido pela Esfera Brasil e pela EMS, em Brasília.

Na semana passada, a instalação da comissão parlamentar mista que vai analisar a MP foi adiada. O texto perde a validade no dia 8 de setembro caso não seja aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado.

A análise estava parada por falta de autorização para instalação da comissão por parte do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o que levou o governo a pedir formalmente a instalação do colegiado. (Agência Brasil)

Fuvest abre inscrições para o Vestibular 2027

Página 2

Eleitor tem até esta quinta-feira (20) para solicitar voto em trânsito

Página 4

Justiça suspende demissões coletivas do Grupo Casas Bahia e proíbe novos cortes

O TRT-10 (Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região) suspendeu, na tarde da terça-feira (18), os efeitos provisórios das demissões coletivas promovidas pelo Grupo Casas Bahia —que reúne as marcas

Casas Bahia e Ponto realizadas entre os dias 13 e 17 de agosto de 2026.

Na semana passada, a empresa anunciou o fechamento de 298 lojas e as demissões de trabalhadores. (Página 3)

deitada apenas 0s039 à frente do adversário. José de Jesus completou o pódio da Elite.

Com sua segunda vitória na temporada, Morbi consolidou a liderança da categoria, agora com 212 pontos. Paulo Policeiro aparece em segundo, com 189,5, enquanto Allan Félix é o terceiro, com 143.

Entre os Graduados, a vitória ficou com Bruno Furlan, que também estabeleceu a melhor volta da categoria. Luis Blanes terminou em segundo e Giuliano Sculli em terceiro.

Mesmo terminando apenas na sexta posição, Elcio Lora segue na liderança do campeonato, com 142,5 pontos. A diferença para Paulo Daniel, segundo colocado, é de apenas 3,5 pontos. Daniel soma 139, enquanto Arthur Camilini ocupa a terceira posição, com 129,5.

Premiação e próxima etapa

Os primeiros colocados do GP DKR Motorsport receberam troféus e kits da Giovanna Baby, masculinos e femininos, além de produtos da Cerveja Paulista.

A categoria Mulheres em Ação também contou com premiações especiais oferecidas pela DLT Conectividade Audio e Vídeo e pela Sendero Invest.

A DKR Motorsport realizou ainda sorteios entre os participantes presentes na hora dos pódios, com pares de luvas personalizadas, balaclavas, underwear e vouchers de descontos para produtos e macacões.

A próxima rodada do AKSP Interlagos Trophy será a 8ª etapa, marcada para 10 de setembro, novamente no Kartódromo Ayrton Senna, em São Paulo (SP).

Empreendedorismo em SP: saiba como solicitar crédito no Banco do Povo

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Estado de São Paulo, por meio do Banco do Povo Paulista (BPP), oferece microcrédito a pequenos empreendedores que buscam financiamento para investir em seus negócios.

O microcrédito produtivo é um tipo de financiamento que tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de atividades produtivas, como aquisição de mercadorias, novos equipamentos, entre outros itens, e estimular a geração de emprego e renda, promovendo a inclusão financeira.

Com valores entre R\$ 200 e R\$ 21 mil, o BPP oferece três linhas de crédito: Empreenda Rápido, Empreenda Mulher e Empreenda Afro formais (MEI, EI, ME, EPP, LTDA e produtor rural com CNPJ) e informais (pessoa física e produtor rural sem CNPJ). Os valores podem ser utilizados para capital de giro, investimento fixo ou misto, como aquisição de mercadorias em geral, matérias-primas, máquinas e equipamentos, ferramentas e itens para publicidade e divulgação do empreendimento.

As taxas de juros são a par-

tir de 0,35% ao mês para empreendedores formais e de 0,8% ao mês para empreendedores informais. O prazo para pagamento é de 24 a 36 meses e carência de 60 a 90 dias.

Saiba como solicitar

Para solicitar o microcrédito, os interessados devem realizar uma atividade produtiva nos municípios contemplados pelo BPP e não possuir restrições cadastrais no Serasa e/ou Cadin Estadual. É preciso realizar um curso de capacitação empreendedora, promovido gratuitamente pelo Qualifica

SP ou pelo Sebrae nas modalidades presencial e virtual. Ao todo, há 562 unidades do Banco do Povo espalhadas pelo estado de São Paulo. Os endereços e a lista dos documentos necessários para solicitar o microcrédito, estão disponíveis na página do Banco do Povo, no site da SDE. (Governo de SP)

Para solicitar o microcrédito, os interessados devem realizar uma atividade produtiva nos municípios contemplados pelo BPP e não possuir restrições cadastrais no Serasa e/ou Cadin Estadual



Foto: Governo de SP

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereador e presidente Ricardo Teixeira [nada a ver com seu xará - na CBF - que foi banido pela FIFA em 2019] segue apoiando tanto a filha como a afilhada que são candidatas (União) 2026, uma pra ALESP e outra pra Câmara Deputados(as)

PREFEITURA (São Paulo)

Ex-vereador e atual prefeito reeleito 2024, Ricardo Nunes (MDB) começa hoje [por todas as regiões da capital] a acompanhar o governador Tarcísio (Republicanos) e o Flavio Bolsonaro presidenciali (PL), pra que sejam os mais votados em 2026

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ex-deputado na ALESP, o conselheiro no TCE SP Dimas Ramalho lançou seu novo "velho" livro de ensaios, registros e artigos [na imprensa]. O ex-presidente Temer elogiou em prosa e verso o autor de "Década Contada", pela editora Foco Jurídico

GOVERNO (São Paulo)

Acima do último levantamento quantitativo da Paraná, as qualidades que já estão nas mãos do Tarcísio (Republicanos) indicam que ele já teria mais de 50% de intenção de votos. Militar (na reserva EB), segue dizendo que não quer "já ganhou"

CONGRESSO (Brasil)

Quem dizia que nunca seria candidato a nada, é candidato pela 2ª vez em 2026 pra deputado federal (MDB SP). Trata-se do professor (história) Marco Antonio Villa. A história, nas eleições 2022, mostram que ele amargou a suplência pelo Cidadania

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Um leitor está criticando por não citarmos [por enquanto] a candidatura presidencial do psiquiatra Augusto Curry (Avante), autor de livros sobre inteligências múltiplas. Em tempo : a Inteligência Espiritual de DEUS e do Cristo Têm o Único Foco Imortal

PARTIDOS (Brasil)

Na edição de ontem, faltou "por 20 anos" em Rodrigo Spada foi auditor fiscal na receita federal. Hoje é auditor fiscal na receita estadual (SP). Sua história pela categoria e por reformas tributárias credencia sua candidatura 2026 à Câmara Federal (PSD)

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA - "Cantarei a misericórdia e o juízo; a ti, Senhor, cantarei" Salmos 101.1

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Fuvest abre inscrições para o Vestibular 2027



Foto: Governo de SP

As inscrições seguem até 9 de outubro

A Fuvest abriu na segunda-feira (17) as inscrições para o Vestibular 2027 da USP, que oferece 8.147 vagas e chega com mudanças no formato da prova. A principal delas é a redução da primeira fase de 90 para 80 questões, mantendo as cinco horas de duração. Outra novidade é a aplicação do

exame, pela primeira vez, em Fortaleza, no Ceará, além de 30 cidades paulistas. As inscrições seguem até 9 de outubro na página da Fuvest neste link, com taxa de R\$ 228, e a primeira fase será realizada em 1º de novembro.

A redução no número de questões busca ampliar o tempo

disponível para que os candidatos compreendam e interpretem melhor os enunciados. A proposta ganha importância porque a prova exige mais do que o domínio dos conteúdos, com questões que articulam diferentes formas de informação, como textos, gráficos e mapas.

Para o diretor-executivo da Fuvest, Gustavo Monaco, essa característica torna a capacidade de interpretação um aspecto central da preparação dos candidatos. Segundo ele, mesmo nas disciplinas de exatas, os estudantes precisarão lidar com diferentes tipos de informação, o que pode exigir mais do que o domínio do conteúdo. "Muitos alunos sabem a matéria, mas têm dificuldade em perceber qual raciocínio aplicar" diante de questões contextualizadas, afirma. Monaco também destaca

que, por ser uma das primeiras provas do calendário de vestibulares, a Fuvest pode permitir que os candidatos cheguem "um pouco mais descansados para poder fazer o seu melhor desempenho de toda a sua vida". Sobre o nível de dificuldade do exame, ele recomenda tranquilidade aos estudantes: "Façam o seu melhor, se preparem para a prova, realizem a prova com tranquilidade e, seja ela uma prova fácil ou uma prova difícil, tenham o seu melhor desempenho". Segundo ele, caso a prova seja mais difícil, a dificuldade será a mesma para todos os candidatos, o que tende a reduzir a nota de corte.

As inscrições devem ser feitas pelo site da Fuvest. Mais informações sobre o Vestibular 2027 estão disponíveis em www.fuvest.br/vestibular-dausp. (Governo de SP)

Prefeitura obtém crédito internacional de R\$ 3,6 bilhões: mais de 1.100 novos ônibus elétricos e reestruturação da rede hospitalar

A Prefeitura de São Paulo está autorizada a adquirir três operações de crédito internacional que somam US\$ 701,9 milhões - cerca de R\$ 3,62 bilhões - para serem investidos em programas na capital. Os recursos serão destinados a dois projetos estratégicos para a cidade: a eletrificação da frota de ônibus e o Avanço Saúde II, programa de reestruturação e qualificação da rede hospitalar e da atenção especializada do município. As operações serão realizadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD).

As operações de crédito foram autorizadas pelo Senado, em sessão extraordinária. "A liberação das operações é estratégica para a continuidade do processo de descarbonização da frota de ônibus da cidade e para melhorias nos serviços de saúde à disposição da população de São Paulo", disse o secretário municipal da Fazenda, Luis Felipe Vidal Arellano.

Do total, US\$ 496,6 milhões, equivalentes a cerca de R\$ 2,56 bilhões, serão destinados a dois financiamentos, de US\$ 248,3 milhões cada, para o Programa de Redução da Emissão de Gases



Foto: Pref. de SP

Poluentes por meio da Eletrificação da Frota de Ônibus da capital, um contratado com o BID e outro com o BIRD.

Os investimentos permitirão ampliar a eletrificação do transporte coletivo em mais de 1.100 novos veículos e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, de poluentes e do ruído produzido pelos ônibus, além de fortalecer a gestão do sistema e promover uma mobilidade mais sustentável e inclusiva.

A autorização representa mais um passo para a expansão da frota elétrica da cidade e para a modernização do transporte públi-

co. Os recursos também serão aplicados em ações voltadas à qualidade e à confiabilidade do serviço, contribuindo para a transição para um sistema de ônibus mais sustentável e eficiente.

Na saúde, US\$ 205,3 milhões, cerca de R\$ 1,06 bilhão, serão destinados ao Avanço Saúde II, por meio de financiamento do BID. O programa prevê a modernização da rede hospitalar e da atenção especializada, com investimentos em estrutura física, equipamentos, processos de atendimento e gestão. Somados à contrapartida da Prefeitura, de igual valor, os investimentos

previstos no programa chegam a US\$ 410,6 milhões.

O Avanço Saúde tem como objetivo ampliar o acesso e modernizar tecnologicamente a rede municipal, contribuindo para a reestruturação do sistema de atenção à saúde. A nova etapa permitirá ampliar a capacidade da rede e aprimorar o atendimento especializado.

A aprovação dos projetos pelo Senado ocorre após a Prefeitura de São Paulo cobrar o avanço da tramitação das operações. No mês passado, o prefeito Ricardo Nunes enviou ofícios ao Senado e ao Tribunal de Contas da União (TCU) manifestando preocupação com a demora no encaminhamento dos financiamentos e ressaltando que as operações já haviam recebido aval técnico do Tesouro Nacional e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com a autorização da União, as operações avançam para a etapa necessária à contratação dos financiamentos internacionais, permitindo que a Prefeitura dê continuidade ao planejamento dos investimentos nessas duas áreas essenciais para a população. (Prefeitura de SP)

Veja como mulheres vítimas de violência doméstica podem solicitar auxílio-aluguel

Mulheres vítimas de violência doméstica no estado de São Paulo podem receber o auxílio-aluguel para se afastar do agressor e preservar a integridade física. O programa, implantado pelo Governo do Estado de São Paulo em fevereiro de 2025, está presente em 593 municípios (91,9% do estado). As vítimas que residem em uma das 52 cidades que ainda não aderiram formalmente ao programa podem solicitar o cadastro diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), pelo e-mail auxiliumulher.seds@sp.gov.br.

A secretária fará a análise técnica e o cadastro do benefício. As mulheres com cadastro aprovado até o último dia do mês recebem o auxílio, no valor de R\$ 500, até o dia 10 do mês seguinte. O benefício é pago por

meio da Poupança Social do Banco do Brasil, diretamente às beneficiárias.

A ajuda tem duração de até seis meses, com possibilidade de prorrogação, uma única vez, por igual período. Podem solicitar o benefício mulheres com medida protetiva de urgência em vigor, expedida pela Justiça, residentes no Estado de São Paulo, em situação de vulnerabilidade social e cuja renda familiar, apurada até o momento da separação, não ultrapasse dois salários mínimos.

Além do suporte financeiro, o programa se articula com outras políticas públicas municipais, permitindo o acesso a serviços de proteção social, orientação e acompanhamento às mulheres em todo o território paulista.

Nos municípios que aderiram

ao programa, o atendimento é feito pela rede de proteção local: Assistência Social: CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) e Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Saúde: UBS (Unidade Básica de Saúde), pronto-socorro e hospitais; Segurança Pública: DDM (Delegacia de Defesa da Mulher), Distrito Policial, Batalhão da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros; Sistema de Justiça: Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil; Canais de orientação e denúncia: Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) e 190, para emergências.

Documentos necessários
Documento de identificação

oficial com foto (RG ou CNH); CPF; Comprovante de residência atualizado no Estado de São Paulo; Cópia da medida protetiva de urgência expedida pelo Poder Judiciário (Lei Maria da Penha); Comprovantes de renda que demonstrem que a renda familiar, até a separação, era de até dois salários mínimos; Comprovação de vulnerabilidade social (como o número do CadÚnico atualizado ou relatório psicossocial).

Para ampliar o programa, a SEDS promove ações de capacitação com os municípios e as Divisões Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), além de orientação individualizada aos municípios para alinhamento de fluxos. (Governo de SP)

Dívida bancária do Rio chega a R\$ 26 bilhões, diz governador

A dívida do governo do Rio de Janeiro com instituições financeiras chega a R\$ 26 bilhões, disse na terça-feira (18) o governador em exercício, Ricardo Couto. Após reunião com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, em Brasília, Couto afirmou que o Estado busca uma reestruturação dos débitos para reduzir o custo financeiro e reorganizar as contas públicas.

O governador disse que a negociação não se limita à adesão do Rio ao Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), que trata dos débitos estaduais com a União. Segundo ele, o objetivo é também reorganizar as dívidas mantidas com bancos e outras instituições financeiras.

“Nós temos, em termos de déficit bancário com instituições financeiras, cerca de R\$ 26 bilhões”, ressaltou.

Reestruturação dos débitos

Couto afirmou que o governo fluminense pretende renegociar as dívidas com condições financeiras mais favoráveis.

“Desejamos fazer um reequilíbrio desse débito com juros menores. E a União tem olhado de forma muito positiva a essa conduta do estado do Rio de Janeiro”, acrescentou.

Segundo o governador, a intenção é reorganizar o passivo para melhorar a situação financeira do estado. Afirmou ainda que o governo federal tem apoiado as negociações.

“O objetivo maior dessa reunião hoje foi ver a reestruturação total da dívida do estado, não apenas dentro da ideia do Propag, mas também a reorganização de todo o déficit que nós temos junto às instituições financeiras”, resumiu.

Sem nova garantia

Sobrevive a necessidade de uma nova garantia do Tesouro Nacional para viabilizar a operação, Couto afirmou que não haverá uma nova cobertura federal.

“Não, o Tesouro não precisa dar uma nova garantia. Nós estamos discutindo formatos de realocação das dívidas”, ressaltou.

O governador também afirmou que pretende buscar o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nas próximas etapas da reorganização financeira.

Dívida com a União

Além do passivo bancário, o Rio de Janeiro também negocia a dívida com a União. Em maio, o estado foi autorizado a aderir ao Propag, programa criado para permitir a renegociação dos dé-

bitos estaduais.

Com a adesão, oficializada em junho, a dívida do Rio com a União caiu de R\$ 210 bilhões para R\$ 168,5 bilhões, segundo os dados apresentados pelo governo federal. A redução ocorreu mediante contrapartidas do Estado.

As parcelas mensais também foram reduzidas, de R\$ 436 milhões para R\$ 119 milhões. O prazo de pagamento foi estendido até 2056.

Outra mudança foi a retirada dos juros reais. Pelo novo modelo, a dívida passa a ser corrigida apenas pela inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Refit

Couto não respondeu se a situação da refinaria Refit, apontada como uma das principais devedoras, foi discutida durante a reunião.

Dono da antiga Refinaria de Mangueiras, o Grupo Refit é apontado pela Receita Federal como o maior devedor construtor do Brasil. A empresa acumula débitos tributários superiores a R\$ 26 bilhões com a União e os estados. A empresa é alvo de investigações por sonegação fiscal estruturada, lavagem de dinheiro e uso de empresas-espelho.

No ano passado, o grupo foi alvo da Operação Poço de Lobito e da Operação Carbono Oculto, que investigam fraudes fiscais e ligações com redes de ocultação de patrimônio.

Contrapartidas

Para obter as condições previstas no Propag, o Rio se comprometeu a reduzir 20% do total devido à União. Como parte da operação, recursos que seriam destinados ao Estado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FND) permanecerão com o governo federal até 2048.

O Estado também deverá aplicar 1% do saldo devedor em áreas como educação, infraestrutura e segurança.

Desde 2016, a União já pagou cerca de R\$ 47 bilhões em dívidas do Rio de Janeiro que não foram quitadas pelo Estado.

Agenda alterada

Durigan cancelou compromissos que teria em São Paulo nesta terça-feira para participar da agenda em Brasília. O encontro com Couto ocorreu no fim da tarde. Segundo o governador em exercício, teve como principais temas a situação financeira do Rio e as alternativas para reestruturar os débitos estaduais. (Agência Brasil)

Inscrições para capacitação em IA para empreendedoras estão abertas

Mulheres de todo o país poderão participar de uma capacitação em inteligência artificial para empreendedoras. Ao final do processo, 50 negócios serão selecionados para receber recursos no formato de capital semente para a implementação dos projetos desenvolvidos no curso.

As interessadas já podem fazer as inscrições pela internet. São ofertadas 5 mil vagas, sendo metade para mulheres negras.

Disponibilizado pelo Ministério do Empreendedorismo da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte em parceria com o Instituto Rede Mulher Empre-

endedor, o curso começa em 1º de setembro. As alunas terão 10 aulas ao vivo e 10 mentorias coletivas, com materiais complementares voltados à aplicação das ferramentas de tecnologia na gestão de empresas.

A programação abrange o uso da Inteligência Artificial em etapas de gestão, planejamento, marketing, vendas, atendimento ao cliente, análise de dados, produtividade e inovação.

A formação inclui acompanhamento prático para a aplicação dos conteúdos na rotina das empresas e apoio de mentorias coletivas para esclarecimento de dúvidas. (Agência Brasil)

Justiça suspende demissões coletivas do Grupo Casas Bahia e proíbe novos cortes

O TRT-10 (Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região) suspendeu, na tarde da terça-feira (18), os efeitos provisórios das demissões coletivas promovidas pelo Grupo Casas Bahia — que reúne as marcas Casas Bahia e Ponto realizadas entre os dias 13 e 17 de agosto de 2026.

Na semana passada, a empresa anunciou o fechamento de 298 lojas e as demissões de trabalhadores. No domingo (16), veio à tona o pedido de recuperação judicial para estancar uma dívida de cerca de R\$ 17,3 bilhões. Cabem recursos à decisão.

A liminar foi concedida pela juíza Katarina Roberta Mousinho de Matos em resposta a uma ação movida pela CNTC (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio), que buscava questionar as demissões e assegurar a participação das entidades sindicais no processo de reestruturação da companhia.

Segundo pedido da CNTC à Justiça, houve o desligamento de quase 2.000 trabalhadores, sem intervenção sindical prévia.

A decisão também proíbe novos cortes coletivos até que sejam cumpridos os requisitos do Tema 638 do STF (Supremo Tribunal Federal), que exige negociação coletiva prévia com o sindicato antes de dispensas em massa.

Segundo a determinação, a empresa terá cinco dias, após ser intimada, para restabelecer os “vínculos jurídicos e econômicos” dos trabalhadores atingidos, com reinclusão em folha de pagamento e retomada dos benefícios contratuais.

Em prazo de 48 horas, também deverão ser restaurados os planos de saúde e demais benefícios assistenciais cancelados em decorrência das dispensas.

A decisão não determina, no entanto, a reabertura das 298 unidades fechadas neste mês, nem garante a permanência definitiva dos funcionários.

A empresa poderá realocar os trabalhadores para atividades compatíveis em estruturas ramosas ou mantê-los em afastamento remunerado enquanto a liminar estiver em vigor.

Os valores já pagos em verbas rescisórias não precisarão ser devolvidos neste momento e a eventual compensação ficará para decisão posterior.

Caso não cumpra a determinação, a empresa poderá ser multada em R\$ 500 por dia por trabalhador atingido, limitado a dez remunerações mensais de cada empregado. Para novas dispensas realizadas sem a participação sindical, a multa prevista é de R\$ 10 mil por trabalhador. A Justiça não proibiu o gru-

po de reduzir seu quadro, fechar unidades ou alterar sua estrutura, mas estabeleceu que futuras dispensas coletivas ou em massa deverão ser precedidas de intervenção efetiva dos sindicatos.

Segundo a decisão, “o sindicato não dispõe de poder de veto. Exige-se somente que a decisão coletiva seja precedida de informação e oportunidade real de interlocução, antes de sua implementação”.

A liminar determina ainda que a Casas Bahia convoque, em até 48 horas, a CNTC e as entidades sindicais de primeiro grau competentes para dar início formal ao procedimento de intervenção sindical.

A empresa deverá apresentar informações sobre a dimensão da operação, as unidades atingidas, o número de postos afetados, as etapas previstas e as alternativas de realocação dos trabalhadores.

Em nota, o presidente da Fecosul (Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul) e vice-presidente da CNTC, Guiomar Vidra, afirmou que a decisão representa uma medida fundamental para a preservação dos direitos dos trabalhadores.

“Esta decisão judicial é uma medida fundamental para que os trabalhadores tenham seus direitos preservados e para que a empresa respeite os preceitos legais no caso de demissões coletivas, uma vez que estas têm um impacto econômico e social significativo.”

Vidra afirmou ainda que, nos próximos dias, a CNTC deverá constituir uma mesa nacional de negociação, com participação da empresa e do Ministério Público do Trabalho (MPT), para discutir as condicionantes das demissões e a possibilidade de reversão dos desligamentos.

A decisão determinou também a implantação imediata de um “legal hold”, mecanismo de preservação jurídica de documentos e dados relacionados ao Plano de Transformação (Fase 2) desde 1º de janeiro de 2026. A medida abrange e-mails, mensagens corporativas, planilhas, apresentações, atas, registros de folha e rescisões, backups e metadados.

A decisão do TRT-10 é vista como uma vitória para a representação sindical e estabelece que as demissões coletivas não podem ocorrer à margem do diálogo com os trabalhadores.

A partir de agora, a continuidade do processo de reestruturação das Casas Bahia deverá observar a negociação coletiva e a participação efetiva das entidades sindicais. (Folhapress)

Para 69% das pessoas, falsificação é maior risco ao comprar remédios na internet

A possibilidade de receber um medicamento falsificado é o principal receio de consumidores na compra de remédios pela internet. Para eles, as farmácias continuam sendo os locais que garantem segurança e confiança.

É o que aponta uma pesquisa realizada pelo Instituto QualiBest, encomendada pela Abrafarma (Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias): 69% dos entrevistados temem comprar medicamentos falsificados em compras online.

Em seguida vem o temor de receber um produto vencido ou armazenado de maneira inadequada e de adquirir um medicamento sem registro na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), representando 59% e 54% dos respondentes, respectivamente.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira, qualitativa, foi conduzida por meio de discussões em grupo online nos dias 2, 9 e 10 de junho de 2026, com responsáveis pela compra de medicamentos no domicílio. A segunda, quantitativa, foi realizada entre 13 e 17 de julho de 2026, por meio de questionário online de autoaplicação estruturado na internet, utilizando o painel QualiBest.

Foram feitas 2.024 entrevistas com responsáveis pela compra de medicamentos no domicílio e que tinham o hábito de fazer compras em farmácias ou drogarias pelo menos uma vez a cada três meses.

A amostra contemplou as cinco regiões do país, incluindo capitais, regiões metropolitanas e cidades do interior, com 51% de homens e 49% de mulheres, e média de idade de 45 anos. Do total, 6% pertenciam à classe A, 42% à classe B e 52% à classe C.

Os resultados chegam num contexto de mudanças sobre a venda de remédios. Na última quarta-feira (12), a Anvisa abriu caminho para a comercialização de medicamentos por aplicativos de entrega e marketplaces.

A agência revogou medidas que impediam plataformas como iFood, Rappi, Mercado Livre, Americanas e Shopee de comercializar medicamentos. Na prática, porém, a mudança ainda depende de regulamentação específica da agência para começar a valer.

Essas empresas poderão anunciar, comercializar e entregar os medicamentos, mas as farmácias e drogarias continuarão sendo as únicas autorizadas a armazenar, fazer a dispensação (ato em que o farmacêutico fornece o medicamento e orienta o paciente sobre seu uso) e a relação com os laboratórios.

Para 85% dos entrevistados, marketplaces devem ser responsabilizados pela oferta de medicamentos falsificados, sem registro ou de procedência desconhecida. Outros 82% afirmam que a venda de medicamentos pela internet deve estar obrigatoriamente vinculada a uma farmácia ou drogaria autorizada, enquanto 71% consideram que medicamentos não devem ser tratados como mercadorias comuns nas plataformas digitais.

Para Sérgio Barreto, CEO da Abrafarma, o principal achado foi justamente a percepção dos consumidores sobre os riscos.

A gente tem levantado essa questão há muito tempo, que medicamento não é um item como outro qualquer. A gente queria ver nessa pesquisa se o consumidor também tinha essa percepção. E vimos que, sim, eles se preocupam”, afirma.

“Porque quando se trata de vendas online, isso fica mais grave quando falamos em saúde. Não é como comprar uma roupa e ver que ela não serviu bem. A pessoa vai ingerir o remédio. Isso é uma coisa que pode ter um impacto sobre a saúde.”

A preocupação com falsificação, porém, não é a única barreira apontada pelo levantamento. Entre os entrevistados, 39% citaram não saber quem seria responsável em caso de problema com o medicamento, enquanto 38% apontaram a venda sem receita quando ela é necessária. A falta de orientação de farmacêutico foi mencionada por 30%, o mesmo percentual registrado para o risco de uso inadequado do medicamento. O roubo de dados pessoais ou de saúde apareceu para 29%.

Para Fábio Silveira, gerente de atendimento de projetos quantitativos da QualiBest, os dados mostram que o papel do farmacêutico e do atendente vai além da venda do medicamento. Para os respondentes, a farmácia é associada não apenas à compra, mas à orientação e à resolução de problemas de saúde.

“Não é a compra pela compra. É uma compra, um atendimento e uma orientação também que eles buscam”, afirma. Segundo ela, essa percepção é ainda mais relevante entre consumidores da classe C, que podem ter maior dependência do sistema público de saúde.

Os dados do levantamento mostram que farmácia reúne atributos valorizados pelo consumidor, como atendimento, rapidez, cuidado e confiança na procedência dos medicamentos. No ambiente dos marketplaces, porém, esses elementos não são percebidos da mesma forma.

Gol diz ao Cade em recurso que entrada da American Airlines na Azul reduz competição

A Gol recorreu da decisão da superintendência-geral do Cade (Estrutura de Governança da Azul, Segundo a petição, a operação permitirá que a American Airlines passe a participar do conselho de administração e do comitê estratégico da companhia, enquanto a United Airlines, que já é acionista da Azul, também mantém presença nesses órgãos.

A empresa também questiona as salvaguardas antitruste apresentadas pela Azul e pela American, consideradas suficientes pela superintendência-geral para mitigar os riscos concorrenciais. Segundo a Abra, as medidas são genéricas e privadas e incapazes de impedir o acesso ou a troca de informações sensíveis entre concorrentes que participam simultaneamente de órgãos de governança da Azul. Para a Abra, a presença simultânea das duas companhias aéreas americanas que são concorrentes entre si no mercado de transporte

aéreo entre Brasil e Estados Unidos — cria canais permeáveis de acesso a informações estratégicas da Azul e pode reduzir os incentivos para as empresas concorram de forma independente.

A petição afirma que os dois grupos poderão participar de discussões sobre temas como plano de negócios, expansão da malha aérea, investimentos, capacidade e parcerias comerciais, o que poderia gerar problemas concorrenciais.

A empresa também contesta a avaliação da superintendência-geral de que a United poderia funcionar como uma rival efetiva da American e da Azul, ajudando a limitar eventual poder de mercado. Para a Abra, a United não deveria ser tratada simplesmente como uma concorrente externa à operação, uma vez que já possui participação acionária e direitos de governança na Azul. Também teria participado, com a American, da estrutura de investimentos e governança criada durante o pro-

cesso de recuperação judicial da companhia nos Estados Unidos, conhecido como Chapter 11.

A Abra sustenta ainda que a estrutura societária da Azul, com capital pulverizado e sem acionista controlador definido, aumenta a relevância das participações da American e da United. Segundo o recurso, as duas companhias poderão, juntas, chegar a uma participação de cerca de 19% na Azul, tomando-se os principais acionistas estratégicos da aérea brasileira.

Outro ponto central do recurso é o papel atribuído ao comitê estratégico da Azul. A Abra afirma que o órgão não funciona apenas como uma instância consultiva, mas ocupa posição central na governança da companhia, com influência sobre a composição de outros órgãos e acesso a decisões estratégicas.

A petição diz que a presença de executivos da American e da United no comitê cria um mecanismo permanente de influência sobre a Azul. (Folhapress)

Eleições de 2026 registram recorde de candidaturas indígenas

Previdência quer concessão automática de benefício após recurso favorável a segurado do INSS

O Ministério da Previdência Social quer acelerar a concessão de benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) inicialmente negados, mas cuja decisão foi revista em favor do segurado pelo CRPS (Conselho de Recursos da Previdência Social).

O ministro Wolney Queiroz diz à reportagem que encomendou à Dataprev e ao INSS uma solução tecnológica que permita a implementação automática das decisões do colegiado. Sob o desenho atual, o segurado até ganha, mas nem sempre leva: o processo vai para uma fila separada, onde aguarda até que um servidor conclua a concessão do benefício.

Hoje, segundo o governo, há 336,8 mil processos cujos recursos já foram decididos em favor do segurado, mas os efeitos — como o pagamento de um novo benefício ou o aumento do valor de uma aposentadoria ou pensão já existente — ainda não foram implementados.

O INSS tinha até 30 dias para fazer valer os termos da decisão do colegiado, prazo que foi ampliado neste ano para 60 dias, mas na prática a espera tem sido maior. No segundo trimestre de 2026, o tempo médio de tramitação na fase de conclusão (quando o CRPS já analisou o mérito do recurso) ficou em 130 dias.

A demora se dá ao fim de um processo que já é bastante moroso. De abril a junho deste ano, um recurso levou em média 48 dias para ser enviado pelo INSS ao CRPS, 1.413 dias para a realização de diligências (como coleta de documentos) pelo instituto e 140 dias para julgamento no conselho. Só então começa a fase de implementação.

“As pessoas sempre dizem ‘você me mandam recorrer administrativamente, para não judicializar, eu percorro todo o caminho do CRPS, venço e não levo, porque o CRPS não implementa a decisão’”, diz o ministro.

“Ela [o segurado] ganha, e aí depois [o INSS] passa meses para implementar. É contraproducente, e as pessoas são levadas ao Judiciário. Vamos fazer essa implementação nos próximos meses”, afirma ele, sem se comprometer com prazo para a mudança.

A tentativa não é nova. Desde o ano passado, o INSS vinha discutindo instrumentos para dar ao conselho o poder de fixar os parâmetros do benefício, sem precisar esperar pelos servidores do instituto. No entanto, a solução ainda não saiu do papel.

“O INSS diz que o sistema precisa ser aprimorado, a Dataprev [empresa estatal responsável pelos sistemas da Previdência] diz que tem entraves”, afirma ele, sem se comprometer com prazo para a mudança.

O fortalecimento do CRPS faz parte da estratégia do governo para tentar reduzir a fila de espera do INSS e a judicialização dos benefícios.

Após o estoque de pedidos iniciais bater o recorde de 3,1 milhões de requerimentos no início de 2026, em ano eleitoral, o Executivo deflagrou uma força-tarefa para intensificar as análises e tentar evitar que o tema se tornasse uma fonte de críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a campanha.

Mas o governo também decidiu atuar na porteira de entrada e limitou por 30 dias a realização de novos pedidos por aqueles que tiveram uma primeira solicitação recusada.

Antes, na avaliação do governo, a ausência de restrições abria brechas para que os segurados disparassem novos pedidos de benefício antes mesmo de qualquer recurso. Os órgãos colocavam esse fator como uma das causas para o aumento da fila.

Na visão do ministro, o governo precisa resolver o gargalo de implementação das decisões do CRPS para torná-lo eficaz e, assim, reduzir o número de novos pedidos e também a incidência de processos judiciais.

Enquanto isso não ocorre, o governo segue apostando no pagamento de bônus a servidores do INSS para assegurar um ritmo mais intenso de análises.

No fim de julho, a fila de requerimentos iniciais ao INSS havia caído a 1,55 milhão, dos quais 374 mil aguardavam uma resposta há mais de 45 dias — são esses que o governo considera pedidos em atraso. O objetivo é zerar o estoque repressado até o fim de setembro, antes das eleições.

Dados parciais até o dia 9 de agosto mostram que a fila continuou caindo, com total de requerimentos em 1,44 milhão, dos quais 317 mil estavam em análise há mais de 45 dias.

A redução acelerada da fila tem despertado críticas de especialistas, que afirmam que o governo ampliou os indeferimentos como estratégia para diminuir na marra o estoque de pedidos em análise. O ministro descarta tal conduta e afirma que as negativas até aumentaram em números absolutos, mas as concessões também, e isso se deve ao maior número de processos concluídos. Proporcionalmente, segundo Queiroz, a taxa de indeferimento segue próxima dos 50%.

Segundo dados do Beps (Boletim Estatístico da Previdência Social), considerando os processos concluídos, a taxa de indeferimento saiu de 41,6% no ano passado para 50,5% no primeiro semestre de 2026.

O aumento foi puxado pelos benefícios por incapacidade (que incluem o auxílio-doença), cuja taxa de indeferimento saiu de 39% para 53% no mesmo período. Nos demais benefícios, como aposentadorias e pensões, as negativas responderam por 45,9% em 2025 e 46,2% nos primeiros seis meses deste ano.

Segundo o ministro, dois fatores ajudam a explicar o fenômeno: um deles foi a atuação de 224 peritos médicos que, de acordo com a Previdência, estavam negando requerimentos “muito acima da média” e sem a devida fundamentação. Entre abril e julho, foram 694 mil pedidos indeferidos sem justificativa específica.

“Todos eles foram suspensos, e esses processos tiveram que ser reanalisados”, afirma Queiroz, que viu uma ação orquestrada de peritos para influenciar os números.

O segundo fator seria o que o ministro chama de indústria de ações judiciais. “Aquele povo todo que militava no âmbito trabalhista, aqueles advogados, uma grande parte ou a maior parte migrou para o previdenciário. Virou uma indústria. Você vê os advogados prometendo aposentar a pessoa, conseguir o benefício por conta. Às vezes a pessoa acha que entrando com aquele jeito vai ter o benefício concedido”, diz.

Segundo o ministro, tirar a discussão do Judiciário passa pela melhoria da análise administrativa, com provável manutenção do bônus por análise extra em 2027, e pela maior eficácia do CRPS.

Em meio ao debate sobre eventual nova reforma da Previdência, o ministro fez ressalvas.

“Eu não quero interditar debate nenhum. Só acho muito cruel falar em reforma da Previdência com a mesma tranquilidade que se pede um copo d’água. Como é que faz essa? Aumenta a idade mínima para se aposentar e tal. Ai você estabelece, dentro de uma sala com ar-condicionado, com carpete, com móveis luxuosos, vamos economizar X. É muito fácil fazer reforma assim. Desse modo, não conta comigo”, afirma Queiroz. (Folhapress)

Um levantamento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) indica que as Eleições 2026 contarão com o maior número de candidaturas indígenas já registradas no Brasil. Segundo a organização, 191 postulantes aos cargos em disputa declararam ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que descendem de povos originários.

O total representa menos de 1% de todos os 20.506 pedidos de registro de candidaturas contabilizados pelo TSE até esta segunda-feira (17).

Ainda assim, segundo a Apib, é um recorde, o maior número desde 2014, quando o tribunal eleitoral passou a exigir dos candidatos dados de cor e raça.

O total é quase 3% superior às 186 candidaturas indígenas das últimas eleições gerais, realizadas em 2022, e quase 125% maior que as 85 de 2014. A Apib considera que o recorde mostra uma ampliação contínua da participação ativa dos povos originários.

O levantamento destacou o aumento do número de candidaturas a deputado federal: de 59, em 2022, para 75, em 2026.

Onde estão essas candidaturas?

Os candidatos indígenas vêm de 26 das 27 unidades da federação, representando os seis grandes biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

A Amazônia Legal concentra 80 (ou 42%) das 191 candidaturas registradas; 36 concorrentes são da Região Sudeste; 34, do Nordeste; 27, do Centro-Oeste; e 14, do Sul.

Os dados já disponibilizados pelo TSE apontam que os candidatos indígenas pertencem a 64 diferentes etnias. Os Macuxi, de Roraima, respondem por 13 candidaturas. Em seguida aparece o povo Guaraní Kaiowá, com 12 candidaturas em Mato Grosso do Sul. A base também registra oito candidaturas Guaraní, sete Mundurucu, seis Mura e seis Terena.

Crédito para motoristas de apps libera só 11% do previsto, e governo admite falhas

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) liberou até o momento 11,3% dos R\$ 30 bilhões disponíveis para o Move Brasil, lançado pelo governo Lula para motoristas de aplicativos e táxi financiarem a compra de novos veículos. A validade do programa termina em 15 de setembro.

Até o momento, o banco liberou R\$ 3,44 bilhões em empréstimos para 33,4 mil motoristas. Destes, 27 mil são motoristas de aplicativo e 6.000 são taxistas, segundo dados obtidos pela Folha. Entre os beneficiários, 5% são mulheres, grupo que contou com taxas de juros mais baixas.

Diante do ritmo lento de liberações, representantes do governo Lula (PT) culpam a baixa adesão dos grandes bancos privados, que na visão deles estariam superdimensionando o risco de crédito dos motoristas de aplicativo.

Os integrantes admitem, no entanto, que houve demora na ativação do fundo garantidor de crédito, bancado por recursos do orçamento federal, que entrou em ação apenas duas semanas depois do lançamento da linha de crédito. Outra falha foi na comunicação com o público-alvo.

A reportagem procurou a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) na tarde desta terça-feira (17), por e-mail e mensagem, mas não obteve resposta.

“A nossa avaliação é que os bancos têm sido excessivamente restritivos na concessão de crédito e deveriam olhar com mais respeito para esses trabalhadores”, disse o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Guilherme Boulos, à Folha.

O ministro afirma que os financiamentos têm sido liderados pelo Banco do Brasil e pela Caixa, dois bancos sem particular destaque no financiamento de automóveis, e cita a baixa adesão dos bancos privados.

Segundo Boulos, dos três grandes bancos privados, o único a entrar no programa foi o Santander, e com números aquém do desejado pelo governo.

Um dos pontos de resistência pelo setor bancário ao programa foi a fixação de uma taxa de juros abaixo da praticada no mercado em financiamentos automotivos.

O Move Brasil tem taxa fixada pelo Conselho Monetário Nacional em 12,6% ao ano para homens e 11,5% para mulheres. No mercado, a taxa média para financiamento de automóveis é de 28% ao ano, segundo informações monitoradas pelo próprio governo.

O governo alega que, como compensação, acionou o FGI (Fundo Garantidor para Investimentos), que é um fundo operado pelo BNDES com recursos do Tesouro para garantir o pagamento aos bancos em caso de calote.

O FGI, entretanto, não concede garantia total para os empréstimos do programa — o fundo protege 80% do valor de cada

Para a Apib, o aumento do número de candidaturas eleição após eleição é fruto e expressão da “caminhada histórica de resistência e de cobrança” dos povos originários por espaço e respeito.

“Essa presença nasce dos territórios e amplia, com força política, nossa exigência de participação efetiva nos rumos do Brasil”, avalia, em nota, um dos coordenadores políticos da Campanha Indígena, realizada pela Apib.

Mulheres

Embora o número de mulheres indígenas tenha recuado de 85, em 2022, para 84, neste ano, elas representam 44% das candidaturas indígenas — uma proporção significativamente superior à média geral de mulheres entre todos os postulantes (35%). Além disso, segundo a Apib, o número de mulheres indígenas disputando as eleições gerais (29) cresceu cerca de 190% desde 2014.

“Esse avanço carrega a força das mulheres que organizam as lutas nos territórios e, agora, ampliam sua presença nos espaços de decisão”, afirmou Alana Manchineri, também da coordenação da Campanha Indígena.

Por meio da mobilização, a Apib e organizações indígenas regionais apoiam 54 das candidaturas que, seguindo a entidade, foram construídas a partir da base do movimento, em torno de um projeto político coletivo, cujo slogan é Nosso Território, Nossa Vida.

“Esta bancada indígena é um recorte político construído a partir das indicações das organizações regionais de base da APB, fortalecendo uma articulação que parte dos territórios”, afirma Alana, destacando que o projeto “coloca os territórios no centro das decisões sobre o futuro do Brasil”, incentivando os candidatos indígenas a incorporar as propostas do movimento em suas campanhas. (Agência Brasil)

empréstimo, em um limite de até 30% da carteira do banco disponível para o programa.

Uallace Moreira Lima, secretário de Desenvolvimento Industrial do MdC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), diz que o fato de o Move Brasil ter rodado por duas semanas sem a participação do FGI gerou ruído muito grande, com críticas dos trabalhadores.

“Faltou a gente dialogar melhor com o trabalhador, [explicar] que estar habilitado não significava dizer que teria aprovação no sistema financeiro”, afirma o secretário.

Trabalhadores e funcionários de concessionárias ouvidos pela reportagem relatam frustração com as negativas de crédito dos bancos.

Segundo a gerente de marketing de uma concessionária em Brasília, muitos motoristas acreditavam que receberiam o crédito mesmo com nome sujo, e as vendas acabaram abaixo do esperado — em um determinado dia, uma vendedora aprovou apenas 12 de 60 propostas.

Motoristas relatam irritação com o governo e com os bancos, que estariam aprovando apenas os trabalhadores com melhor nível de crédito.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o início do Move Brasil, no dia 19 de junho, fez com que concessionárias recebessem um volume incomum de motoristas de aplicativo e taxistas interessados em comprar um carro zero com juros

reduzidos, mas o volume de aprovações foi baixo. Muitos profissionais relataram rebaixamento da pontuação de crédito após múltiplas tentativas de aprovação em bancos diferentes.

A diretora de crédito digital do BNDES, Maria Fernanda Colinho, cita uma curva de aprendizagem dos bancos com o programa. Segundo ela, instituições financeiras que operam o Move Brasil adaptaram seu cálculo de renda disponível para se adequar à realidade do público-alvo.

“Se o motorista alugava um carro, ele já tinha um pagamento de aluguel, mas esse pagamento ia se tornar um pagamento de prestação, e a análise de risco poderia não estar contemplando isso”, diz ela.

As instituições financeiras também passaram a considerar a redução de gastos com combustível, caso o motorista financie um carro elétrico.

Segundo a diretora, o volume de financiamentos aumentou de R\$ 300 milhões, em média, nas primeiras semanas, para R\$ 700 milhões por semana atualmente. Banco do Brasil, Caixa Econômica e Stellantis são as principais financiadoras até o momento, e as marcas mais financiadas são BYD, Fiat e Chevrolet.

A reportagem perguntou ao BNDES, ao MdC e à Secretaria Geral da Presidência se existe discussão para prorrogar o programa, mas nenhum dos órgãos soube responder. (Folhapress)

Eleitor tem até esta quinta-feira (20) para solicitar voto em trânsito

Os eleitores que estiverem viajando durante o primeiro turno das eleições majoritárias, no dia 4 de outubro, e em eventual segundo turno, no dia 25, poderão solicitar o voto em trânsito para participar do pleito. O pedido deverá ser feito até esta quinta-feira (20). A relação dos locais onde haverá voto em trânsito no estado do Rio de Janeiro está disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para quem já tem a biometria cadastrada na Justiça Eleitoral, o serviço pode ser acessado por meio do autotendimento no site

do TRE-RJ. No momento da solicitação online, será necessário fazer validação facial por meio do aplicativo e-título. O requerimento também pode ser realizado de maneira presencial em qualquer Central de Atendimento ao Eleitor sem agendamento prévio, apenas com a apresentação de documento oficial com foto.

O eleitor que indicar uma cidade do mesmo estado do seu domicílio eleitoral poderá votar para todos os cargos em disputa, ou seja, deputado federal, deputado estadual, dois senadores, governador e presidente da Re-

pública. Caso a escolha seja para outro estado, o voto em trânsito ficará restrito ao cargo de presidente da República.

A votação em trânsito está restrita à capital e aos municípios com eleitorado igual ou superior a 100 mil eleitores aptos. No estado do Rio de Janeiro, cumprem esse requisito: Duque de Caxias, São Gonçalo, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Campos dos Goytacazes, Belford Roxo, Niterói, Volta Redonda, Petrópolis, Macaé, Magé, Itaboraí, Cabo Frio, Maricá, Angra dos

Reis, Nova Friburgo, Barra Mansa, Teresópolis, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Araruama, Rio das Ostras, Itaguaí, além da capital. Portanto, o eleitor fluminense poderá votar em todos os cargos apenas se indicar um desses municípios.

Eventuais dúvidas podem ser tiradas por mensagens para o WhatsApp do TRE-RJ, que funciona 24h por dia, ou pelo site TRE-RJ, de segunda a sexta, das 11h às 19h, por meio de ligação normal para telefone fixo. Ambos atendem pelo número (21) 3436-9000. (Agência Brasil)

Autorizações para importação de cannabis aumentam 29% em 2026

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou, entre janeiro e junho de 2026, um total de 16.372 importações de produtos à base de cannabis medicinal, aumento de quase 29% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Os números fazem parte de levantamento feito pela Cannect, ecossistema de saúde voltado ao cuidado integral de pacientes com doenças crônicas, com base em informações obtidas via Lei de Acesso à Informação (LAI).

De acordo com o relatório, o mês de junho registrou 18.255 pedidos, mantendo a alta observada ao longo do ano. Salvo o pico atípico registrado em março (23.199), a média de 2026 tem se mantido na casa de quase 20 mil autorizações mensais contra as 15 mil observadas no primeiro semestre de 2025.

Na avaliação da Cannect, os números demonstram uma mudança estrutural no comportamento do paciente, indicando que a cannabis deixou de ser uma terapia alternativa de exceção para ser consolidada como um tratamento de manutenção para milhares de brasileiros com doenças crônicas.

Em fevereiro, a Anvisa publicou a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 1.015/2026, que atualizou o marco regulatório sobre a autorização sanitária para fabricação e importação de pro-

duto de cannabis para uso medicinal humano, instituído pela RDC 327/2019.

A nova norma entrou em vigência em 4 de maio deste ano e a agência esclareceu alguns de seus dispositivos por meio de perguntas e respostas adaptadas a partir de dúvidas recebidas pelos canais de atendimento e de discussões técnicas realizadas durante o processo regulatório de revisão. (Agência Brasil)

Embrapa entrega propostas de agricultura sustentável para candidatos

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) divulgou nesta semana recomendações de políticas sustentáveis sobre o setor agrícola e sugestões de prioridades para candidatos a cargos legislativos e executivos nas eleições de outubro.

A publicação é baseada em evidências científicas e defende a ampliação e a estabilidade dos investimentos em ciência, tecnologia, inovação e inclusão socioeconômica.

O documento Agenda estratégica para agricultura do Brasil: contribuições de pesquisa e inovação está disponível no site da empresa, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

Os técnicos da Embrapa entendem que a agricultura ocupa posição estratégica para o Brasil, pela contribuição para a economia, pela relação com a segurança alimentar e pela necessidade de adaptação às mudanças do clima, transição energética e o desenvolvimento territorial.

Para os autores, o conteúdo pode subsidiar programas de governo e iniciativas legislativas relacionadas ao setor agropecuario.

Economia do agro

O documento ressalta o tamanho do agronegócio brasileiro. De acordo com a Embrapa, o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de

bens e serviços produzidos) do agro chegou a R\$ 3,2 trilhões em 2025, representando 25% do PIB do país.

As atividades no campo ocupavam 28,4 milhões de pessoas no ano passado, quando o Brasil exportou US\$ 169,2 bilhões (quase R\$ 900 bilhões), o que equivale a 48,5% do total que o Brasil vendeu para o exterior.

A Embrapa trabalha, entre outras coisas, no melhoramento genético de sementes para aumentar a tolerância a estresses ambientais, como seca, calor, excesso de água e salinidade.

Nos cálculos da empresa de inovação agropecuária, cada real investido na Embrapa retorna R\$ 27,12 à sociedade brasileira.

Temas estratégicos

A carta de recomendações destaca seis temas estratégicos para a agricultura brasileira: Segurança alimentar e nutricional; Agricultura sustentável e resiliência à mudança do clima; Bioeconomia e desenvolvimento sustentável; Transição energética e bioenergia; Desenvolvimento territorial e inclusão produtiva no meio rural; Transformação digital no meio rural.

Ao defender a segurança alimentar, o documento inclui o objetivo de reduzir a dependência de insumos importados.

"A insuficiência de investi-

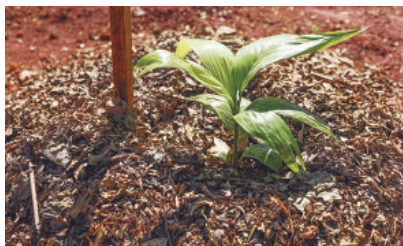


Foto: Arquivo/Contrasto/ABR

mentos contínuos em pesquisa, inovação e inclusão produtiva aumenta as vulnerabilidades. Amplia a dependência de insumos importados. Eleva a exposição a choques climáticos, sanitários e geopolíticos", sustenta a Embrapa.

Ainda de acordo com a publicação, a agricultura brasileira pode se referenciar na produção

sustentável.

"Como uma das maiores potências mundiais em agricultura tropical, o Brasil reúne condições únicas para se consolidar como referência global em produção sustentável e de baixa emissão de carbono, conciliando competitividade, segurança alimentar e conservação ambiental".

A empresa cita projeção do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de que a demanda em adotar medidas para enfrentar as mudanças climáticas pode custar R\$ 17,1 trilhões à economia até 2050.

Os técnicos acreditam que, ao ampliar investimentos em bioenergia, biocombustíveis, biogás, biometano e bioinsumos, o Brasil pode expandir a participação nos mercados da economia de baixo carbono, agregar valor à produção agropecuária, diversificar a matriz energética e estimular o desenvolvimento regional.

"O fortalecimento dessas capacidades permitirá consolidar vantagens competitivas já existentes e posicionar o país como referência global em soluções sustentáveis para energia, clima e bioeconomia", escrevem.

A Embrapa contextualiza que a transformação digital está redefinindo a agricultura mundial. São citados avanços como inte-

ligência artificial, Internet das Coisas, sensoriamento remoto, automação, sistemas geoespaciais e agricultura de precisão.

"A ampliação da conectividade rural tornou-se condição essencial para a modernização da agricultura", assinala.

Executivo e Legislativo

Os autores da publicação entendem que a atuação do Poder Executivo na agenda agropecuária deve estar orientada pela consolidação de uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, competitividade econômica, segurança alimentar e inclusão produtiva.

Já o Legislativo deve se voltar à definição das condições institucionais, regulatórias e Orçamentárias. "Sua atuação é determinante para assegurar estabilidade de políticas públicas e previsibilidade para investimentos de longo prazo", aponta. (Agência Brasil)

Governo quer elevar para 70% produção nacional de medicamentos até 2033, diz Alckmin



Foto: Marcelo Casa/ABR

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou que a meta do governo é desenvolver a indústria nacional farmacêutica para que 70% das necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) em medicamentos e insumos farmacêuticos (IFAs) sejam produzidos nacionalmente até 2033.

"Saúde é o segundo déficit da balança comercial brasileira. O primeiro é T.I. Nós produzimos pouco e importávamos muito numa área estratégica. Veja a Covid, faltavam respiradores. Foi feito um esforço para aumentar a produção nacional, estamos chegando em 50% de produção nacional, a meta é chegar a 70% até 2033", afirmou Alckmin.

O vice-presidente, que concorreu à reeleição com Lula, afirmou que o Brasil bateu recorde de exportação mesmo com o tarifaço, com US\$ 349 bilhões exportados. A pauta da soberania na-

cional e da defesa contra o tarifaço faz parte da plataforma de campanha do presidente.

A fala do vice-presidente ocorreu durante participação no Fórum Saúde, realizado em Brasília nesta quarta-feira (19). O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) e o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes também participaram.

Nesse sentido, o vice-presidente defendeu que a reforma tributária estabeleceu isonomia tributária para fortalecer a indústria local. "Estabeleceu também, na medida, que os insumos farmacêuticos, quando não tem produção nacional, você tem ex-tarifaço, você não paga imposto", disse o ministro.

Alckmin ainda destacou que houve redução tarifária do IVA

(Imposto sobre Valor Agregado) de 60% a 100%, com isenção de imposto para os medicamentos.

O vice-presidente também destacou que quer aumentar a exportação brasileira a partir da lei que autorizou o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) apoiar empresas no acesso a mercados internacionais.

O projeto foi aprovado pelo Congresso em março, com parte do Plano Brasil Soberano. Alckmin destacou ainda a aprovação, neste mês, do projeto autoriza a criação de um fundo para ampliar o crédito a empresas exportadoras brasileiras, como resposta ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos.

"O Brasil tem 2% do mercado do mundo, 1,9%. 98% do mercado está fora do Brasil. Então temos que conquistar mercado, conquistar mercado, exportar mais", disse Alckmin. (Folhapress)

Rio de Janeiro tem segunda maior população de rua do país



Foto: J. J. de Aguiar/ABR

No Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, lembrado na quarta-feira (19), o estado do Rio de Janeiro chama a atenção, por reunir 35.406 pessoas registradas nessa condição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o segundo maior número do país.

Diante de um cenário de pobreza extrema, pelo rompimento de vínculos familiares e pelas dificuldades de acesso à moradia e ao trabalho, o legislativo local aprovou leis para ampliar o acolhimento, garantir direitos e criar alternativas para a autonomia.

Em maio de 2026, o CadÚnico contabilizava 388.855 pessoas em situação de rua no Brasil. São Paulo liderava o ranking nacional, com 159.290 registros. O Rio ocupava a segunda posição, seguido por Minas Gerais, que aparecia em terceiro lugar, com 34.849.

Legislação

A Lei 9.302/21 instituiu a Política Estadual para a População em Situação de Rua. A norma reconhece como população em situação de rua o grupo marcado pela extrema pobreza, pela fragilização ou pelo rompimento dos vínculos familiares e pela inexistência de moradia convencional regular.

A legislação garante acesso amplo e simplificado às políticas públicas de saúde, educação, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

Também prevê a implantação de uma rede de acolhimento temporário, ações de segurança alimentar, qualificação profissional, intermediação de empregos e programas habitacionais acompa-

nhados por equipes multidisciplinares.

A medida proíbe qualquer discriminação no atendimento em razão da condição econômica, étnico-racial ou de saúde, inclusive nos casos relacionados ao uso de álcool e outras drogas.

Entre os municípios fluminenses, a capital lidera o ranking da população em situação de rua inscrita no CadÚnico.

Recomenda

Uma das histórias de superação é a do escritor Leonardo Motta, que viveu nas ruas durante um ano e três meses após enfrentar duas décadas de dependência de álcool e outras drogas. Atualmente, está sóbrio há nove anos, é casado, mora na Ilha de Paqueta e tem três livros publicados.

"O que me levou a essa situação foi a dependência química. Usei drogas durante 20 anos, entre álcool, cocaína e crack. Consegui sair das ruas quando aceitei ajuda e fui para uma instituição de tratamento, onde permaneci por sete meses."

Leonardo também é autor da Revista na Calçada, publicação de poesia dedicada a dar visibilidade às experiências da população em situação de rua. Hoje, ele participa de uma atividade na Biblioteca Estadual, na Avenida Presidente Vargas, no centro, para apresentar o trabalho e promover um debate sobre a realidade das ruas.

"O conselho que deixo para quem está nessa situação é que aceite ser ajudado. De um lado, este alguém disposto a ajudar; do outro, é preciso que a pessoa também aceite essa ajuda." (Agência Brasil)

Entidades cobram propostas de candidatos contra violência infantil

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública se uniram para tentar qualificar o debate político e cobrar dos candidatos às eleições de outubro de 2026 o compromisso de, se eleitos, implementarem medidas para reduzir a violência contra crianças e adolescentes no país.

"A violência dentro e fora de casa é a maior preocupação do Unicef [nestas eleições]", afirmou a jornalista, o representante da agência da Organização das Nações Unidas (ONU) de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, Joaquim Gonzales-Aleman.

"Nossa campanha busca trazer para o debate a importância dos candidatos responderem a estes problemas, mas responder de uma forma adequada, que não seja simplista", acrescentou Aleman.

Com o fim do prazo de registro de candidaturas - no próximo sábado (15) - funcionários da Unicef vão se debruçar sobre os programas de governo que os aspirantes a cargos executivos de presidente e governadores devem apresentar. O objetivo é verificar as propostas de cada candidato para fazer frente à violência contra crianças e adolescentes, incluindo o elevado número de assassinatos.

Além do diagnóstico, a Unicef planeja convidar cada um dos candidatos a assumirem publicamente um compromisso de, se eleitos, priorizarem o combate às mortes intencionais de menores de 18 anos de idade.

"Nossa ideia com esta campanha de advocacy [conjunto de ações em defesa de uma causa] é influenciar decisões

de autoridades públicas e a aprovação de leis] é falar com todos os candidatos, principalmente em nível federal, para propor ideias e falar sobre a importância do tema", explicou Aleman.

Mortes

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que, entre 2024 e 2025, as mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes caíram 10,8% no país. Ainda assim, as 2.079 ocorrências registradas no ano passado significam, em média, ao menos cinco óbitos diários em decorrência da violência. Oitenta e oito por cento das vítimas tinham entre 12 e 17 anos de idade, sendo a maioria, negra. Duzentos e quarenta das vítimas conhecidas tinham até 11 anos.

"Os números têm impactos colaterais. Há, inclusive, uma certa banalização da violência contra as crianças e adolescentes. Da importância de enxergarmos nisto um problema estrutural do país", comentou a representante adjunta para Programas do Unicef no Brasil, Layla Saad.

"Queremos aproveitar as eleições para pautar o tema de forma clara, ajudando a qualificar o debate para as respostas [aos problemas] sejam baseadas em evidências [números e resultados], e não respostas meramente reativas, viscerais, diante de acontecimentos pontuais", reforçou Layla.

Para os representantes da Unicef, o Brasil já conta com boas leis e programas de proteção de crianças e adolescentes. O problema é que, por vários motivos, seus efeitos não alcançam a todos. "Daí porque a agência defende a importância da aprovação de uma política



Foto: Wilson Dias/ABR

ca nacional de prevenção à violência contra crianças e adolescentes que estabeleça responsabilidades federal, estaduais e municipais, preveja fontes orçamentárias e possibilite ações coordenadas no país.

"Isto requer uma série de medidas. Não é uma abordagem baseada só na segurança pública, pois ela contempla as raízes, as causas do problema", disse Layla, criticando propostas aoadas, de caráter punitivista, como as eventuais reduções da responsabilização ou da maioridade penal.

No Brasil, o adolescente de 12 a 17 anos de idade que cometer um ato infracional está passível de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como advertência, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e internação. A partir dos 18 anos, com a maioridade penal, quando o Estado passa a considerar o indivíduo plenamente imputável, quem comete um crime é julgado por tribunais comuns, de acordo com o Código Penal. E, se condenado, pode ter que cumprir sua pena em estabelecimentos carcerários.

Para o sociólogo Cauê Mar-

tins, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, propostas como a redução da maioridade penal tendem a ignorar a realidade concreta. Segundo ele, entre 2016 e 2025, o número de adolescentes internados no sistema socioeducativo despenhou cerca de 53%, recuando de 26.450 para 12.203 - na contramão do sistema carcerário.

"Daí a razão para insistirmos que os candidatos compreendam a importância da transparência acerca dos dados da segurança pública."

Segundo o sociólogo, para produzir uma política pública de enfrentamento à violência, é preciso evidências. E a transparência é um requisito fundamental para entender e desmistificar algumas ideias como, por exemplo, que quem pratica violência sexual é um desconhecido, em uma rua qualquer. Ele lembra que, segundo dados oficiais, a maioria dos crimes de violência sexual é cometida por pessoas próximas às vítimas.

"Em 2025, 65% dos estupros de vulneráveis ocorreram na residência das vítimas. A absoluta maioria dos abusadores é conhecida, sendo muitas vezes um parente", concluiu o sociólogo. (Agência Brasil)